

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Curso de Ciências Contábeis

3º Período Noite

Contabilidade Intermediária

Direito Tributário

Introdução à Ciência Atuarial

Logística das Organizações

Métodos Quantitativos

Produção e Compreensão de Textos

Cláudia Cristina dos Santos

Diego Vinícius Rodrigues Mendes

Juliana Mara Fonseca Silva Barreto

Marco Antônio Ferreira Coelho Filho

Tamara Cunha Nataliza

Thamara Lopes Chaves

PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS:

PME

Belo Horizonte

13 outubro 2011

Cláudia Cristina dos Santos
Diego Vinícius Rodrigues Mendes
Juliana Mara Fonseca Silva Barreto
Marco Antônio Ferreira Coelho Filho
Tamara Cunha Nataliza
Thamara Lopes Chaves

PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS:

PME

Resumo de assunto apresentado às disciplinas:
Contabilidade Intermediária, Direito Tributário,
Introdução à Ciência Atuarial, Logística das
Organizações, Métodos Quantitativos e Produção e
Compreensão de Textos do 3º Período do Curso de
Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências
Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Arazi Gomes

Carlos Farias

Domingos Xavier Teixeira

Evângela Batista Rodrigues

Geraldo de Assis Souza Júnior

Rafael Ornelas Machado

Belo Horizonte

13 outubro 2011

RESUMO

O presente trabalho interdisciplinar feito na forma de um artigo tem como um dos objetivos demonstrar o cálculo dos tributos sobre o lucro como o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferido no passivo e no ativo, conceituar pequenas e médias empresas, caracterizá-las de forma qualitativa incluindo os princípios adotados por elas; coleta de dados das demonstrações contábeis havendo duas variáveis quantitativas para análise de existência de correlação linear, equação de regressão, entre outros; política de seguros dos bens empresariais; logística reversa.

A metodologia utilizada neste trabalho iniciou-se com pesquisas bibliográficas, onde foram lidos capítulos de livros e textos da internet, a partir da elaboração deste artigo o grupo adquiriu um novo conhecimento sobre as matérias em questão.

PALAVRAS-CHAVE

Imposto diferido; Logística reversa; PMEs; Correlação linear; Seguros; Imposto de Renda; Contribuição social.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema os procedimentos contábeis utilizados pelas pequenas e médias empresas. Nele, serão apresentados conceitos, métodos, aplicações e importância das práticas adotadas por essas modalidades empresariais na gestão de suas organizações, seguindo regulamentos legais fornecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e aprovados por resoluções do Conselho Regional de Contabilidade. O objetivo é esclarecer ao leitor o funcionamento real desses tipos de empresas, suas políticas internas e sua presente contribuição na sociedade, podendo até mesmo auxiliar, a curto prazo, as pessoas habitantes da comunidade ao redor, e a longo prazo, a população mundial.

Dentre os procedimentos mencionados, pode-se citar a interpretação das seções do CPC que estabelecem como funcionará a gestão do ativo não circulante de uma empresa de pequeno e médio porte, dando enfoque ao seu ativo imobilizado e intangível e aos seus investimentos. Os tributos cobrados sobre o lucro ou prejuízo operacional do exercício, sobretudo o imposto de renda diferido, também serão abordados.

A adoção de uma política de seguros é uma questão de muita relevância para uma pequena ou média empresa. É realmente necessário que todas as empresas contratem seguros

para seus bens? Para responder a essa pergunta, duas empresas serão entrevistadas, a fim de que se enfatize a importância da contratação de seguros na preservação do patrimônio empresarial, e se mostrem as diferenças que podem existir nesse quesito, levando em consideração o ramo de atividade da empresa em questão.

A Estatística também é uma ferramenta comumente utilizada numa empresa de pequeno ou médio porte. Através de seus métodos quantitativos, serão colocados em evidência duas variáveis dentro das demonstrações contábeis, visando focar o auxílio das estimativas estatísticas nas previsões de lucros e prejuízos futuros.

Além disso, serão postos em discussão dois dos assuntos mais falados atualmente, trazidos aqui pela Logística Reversa: as políticas ambientais e a sustentabilidade. Como uma pequena ou média empresa pode ajudar a preservar o meio-ambiente, sendo, assim, significativamente importante na vida de toda a população mundial?

O trabalho que se segue irá dirimir essas e outras dúvidas possíveis do leitor, viabilizando assim sua profunda compreensão no que diz respeito ao assunto pequenas e médias empresas.

2 PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ADOTADOS PELAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

2.1 Definições de pequena e média empresa

Pequenas e médias empresas são aquelas

“que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis, além de para fins internos de gestão, como é o caso de sócios que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.”
(FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, 2010, p. 25).

Uma empresa terá obrigação de prestar contas publicamente se suas dívidas ou instrumentos patrimoniais forem negociados em mercado aberto ou de ações, ou ainda possuir ativos fiduciários como um de seus principais negócios.

De acordo com a Seção 1 (CFC, nº 1.255/09), há empresas que têm ativos em condição fiduciária, ou seja, fictícia, perante terceiros, provenientes das razões da natureza do negócio principal. Tais empresas estão excluídas da prestação pública de contas.

Os objetivos das demonstrações contábeis de PMEs segundo a Seção 2 (CFC, nº 1.255/09) é fornecer informações sobre suas finanças, desempenho, bens e outros itens necessários para a tomada de decisões de vários tipos de usuários, que precisam destas para atender suas diversas necessidades.

2.2 Diferenças entre pequena e média empresa e as demais empresas que deverão adotar o IFRS full

As principais diferenças existentes, na forma simplificada, para as PMEs quando comparadas o conjunto completo de normas internacionais (IFRS Full). **ANEXO A.**

2.3 Características qualitativas de informações em demonstrações contábeis incluindo os princípios gerais para o registro de balanço patrimonial, receitas e despesas e demais demonstrativos contábeis

As demonstrações contábeis são um conjunto de informações úteis que devem ser divulgadas por uma entidade, com o intuito de auxiliar a tomada de decisões. (APÊNDICE A)

2.3.1 Diferenças entre demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente

Segundo o FIPECAFI (2010, p. 477), a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) se constitui de operações realizadas pela entidade durante o exercício social e é elaborada de forma sucinta a destacar o resultado líquido do período, incluindo receitas e despesas realizadas. Os Outros Resultados Abrangentes “incluem as mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas. Incluem alterações que poderão afetar o resultado do período futuramente ou às vezes permanecerão sem esse trânsito.”

A Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício (DRA) é representada a partir da soma do resultado líquido constado na DRE com os outros resultados abrangentes, segundo determinam Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que regulam a atividade contábil. Com isso o Resultado Abrangente Total “corresponde à total modificação no patrimônio líquido que não seja constituída pelas transações de capital entre a empresa e seus sócios.” (FIPECAFI, 2010, p. 477)

2.3.2 Quando pode utilizar a DMPL e a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados e as diferenças entre ambos

Conforme o FIPECAFI (2010, p. 556), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) se torna obrigatória para a grande maioria das entidades e substitui definitivamente a Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

De muita utilidade a DMPL fornece

“a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou

diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.” (FIPECAFI, 2010, p. 556).

Tal demonstração nos fornece informações complementares ao Balanço Patrimonial e à DRE.

A Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, em desuso por Deliberação da CVM nº 595/09 e Resolução do CFC nº 1.185/09, se integra na forma de coluna, à estrutura da DMPL.

2.3.3 Descrição das práticas e princípios contábeis Adotados exemplificando quanto às seções 14,16 17, 18 e 29

As definições, os métodos, a apresentação das demonstrações contábeis, as mensurações, os elementos, depreciações, etc. se encontram nos **APÊNDICES A, B, C, D e E**.

2.3.4 Descrição do que essas empresas deverão publicar em relação a cada item das seções 14,16, 17, 18 e 29

De acordo com as Seções 14, 16, 17, 18 e 29 (CFC, nº 1.255/09) o modo de divulgação são respectivamente:

- O investidor deve divulgar sua prática contábil para tais investimentos, o valor contábil do mesmo e o valor justo. Para contabilização pelo método do custo, o valor de dividendos e outras receitas devem ser divulgados. No método de equivalência patrimonial deve ser apresentada a participação no resultado das coligadas.
- Serão divulgado para as propriedades para investimento os métodos de determinação do valor justo, medidas de valor justo baseadas em avaliações por avaliador independente, restrições na realização da propriedade, obrigações contratuais para comprar, construir, melhorar, desenvolver propriedades para investimentos, modificações de quantias escrituradas da propriedade no começo e no fim do período.
- A entidade deve divulgar as bases de mensuração para determinar o valor contábil bruto, métodos de depreciação usados, vidas úteis de seus itens, valor contábil e depreciação acumulada no início e no final do período e a conciliação do valor contábil no início e no final do período.

- A entidade deve divulgar vidas úteis e taxas de amortização utilizadas, os métodos, o valor contábil bruto e qualquer amortização, demonstrações que incluem amortização, conciliação do valor contábil no início e no final do período.
- De acordo com a Seção 29 (CFC, nº 1.255/09), serão divulgadas informações que admite avaliara natureza e o efeito financeiro das conseqüências diferidas e correntes da tributação relativo a transações.

2.3.5 Exemplos do cálculo do Imposto de renda diferido no ativo e no passivo e publicação em relação ao CFC 29

De acordo com a Resolução 1.189/09 do CFC, que é uma Norma na qual seu intuito é estabelecer o tratamento contábil sobre os tributos que incidem sobre o lucro, visa também orientar a contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros, tanto no ativo quanto no passivo das sociedades empresárias.

Tal Norma nos explica que, passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro, será reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis segundo o CPC 32. O ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em um período futuro relacionado às diferenças temporárias dedutíveis, não são utilizados compensação futura de créditos e prejuízos fiscais. A diferença temporária citada é o valor contábil do ativo ou passivo no balanço e sua base fiscal. Elas podem ser tributáveis ou dedutíveis, servindo assim, para determinar o lucro ou prejuízo tributável dos períodos futuros.

Após análise da Demonstração do Resultado Consolidada **ANEXO B** da Sociedade Empresária Banco Bradesco S.A., temos o resultado antes da tributação sobre o lucro, logo após, o valor do IR e CSLL, participação minoritária nas controladas e por fim o lucro líquido do exercício.

Para identificar quais são os impostos diferidos e suas adições e deduções temporárias, é necessário a análise das contas de resultado do Imposto de Renda e Contribuição Social **ANEXO C**, que não as detalham, apenas informam os valores.

No balancete **ANEXO D** percebe-se claramente quais foram os respectivos valores das adições e exclusões. Há uma alíquota devida de 40% desmenbrando-se 25% de imposto de renda e 15% de contribuição social sobre o lucro líquido. As adições identificam-se por participações em coligadas, ganho cambial(2010), juros sobre capital próprio (pagos e a pagar), efeito do diferencial da alíquota da contribuição social e outros valores; já as exclusões são as perda cambiai(2011), despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.

A diferença entre as adições (992.211) menos as deduções (569.510) se obtém o resultado (422.701) referente ao diferido de 2011. No item Encargo total do imposto de renda e contribuição social era 3.441.618, no qual foi subtraído o valor do diferido (422.701), resultando um IR e um CSLL do exercício de 3.018.917.

As entidades devem contabilizar os tributos provenientes dos lucros da entidade após certificar o tributo corrente, analisar os passivos e ativos que possam afetar os lucros tributáveis, estabelecer as bases fiscais de ativos, passivos, receitas e despesas, cálculo de diferenças temporárias, prejuízos e créditos fiscais não utilizados, reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos, entre outros, de acordo com a Seção 29(CFC, nº 1.255/09).

4 POLÍTICA DE SEGUROS PARA OS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

4.1 Conceituação e importância de seguros na proteção patrimonial das empresas

“Pelo Contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo à pessoa ou coisa, contra riscos predeterminados.” (VADE MECUM RT, 2008, p. 227).

Segundo o Art. 757, do CC (VADE MECUM RT, 2008, p. 227), “somente pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, entidade para tal fim legalmente autorizada.”

O patrimônio da empresa, mesmo com a adoção de todas as medidas preventivas possíveis, sempre está exposto a perdas. E a paralisação das atividades poderá inviabilizar a continuidade das operações e do próprio negócio.

O seguro empresarial vem justamente a este encontro de maneira mais segura, para a proteção da Empresa, pois é um seguro destinado a empresas cujo ramo de atividades esteja relacionado com a indústria, comércio e/ou prestação de serviços. Visa justamente proporcionar este plus, proporcionando a segurança e tranquilidade necessárias para uma dedicação total à atividade fim da empresa.

4.2 Política de seguros adotada em relação ao ativo permanente

A empresa IMAGE GRÁFICA E EDITORA LTDA, prestadora de serviços gráficos, adota tal política para proteção de suas impressoras off-set, dobradeiras, alceadeiras, encapadeiras, máquinas de corte, furadeira, CTP gravação de chapas, máquinas de costura que são usadas para as atividades desenvolvidas pela mesma, que se resume na impressão de livros, jornais, periódicos, e promocionais.

A empresa TECBAN LTDA, empresa prestadora de serviços de manutenção de caixas eletrônicos, cujo patrimônio, sujeito à política de seguros, envolve praticamente toda a frota de veículos, com a finalidade de proteção do ativo permanente.

4.2.1 Importância da política de seguros, riscos segurados, seguradoras envolvidas na apólice de seguros e valor do prêmio pago nas empresas pesquisadas

Para a empresa IMAGE GRÁFICA E EDITORA LTDA, é de suma importância adquirir este serviço, uma vez que resguarda a empresa de danos imprevisíveis que podem ocorrer. O seguro cobre contra incêndios, raios, explosões, danos elétricos, roubo de máquinas, móveis e

utensílios. O seguro que essa empresa possui é o da Caixa Seguro Empresarial, e o valor anual pago é de R\$1.535,29.

Já para a empresa TECBAN LTDA, muito embora os funcionários sejam responsáveis, conforme regulamento interno, pelos veículos que lhe são confiados na prestação dos serviços diários, existem elementos externos que põem em risco a integridade da frota. A princípio, a política é de segurar toda a frota nacional. Sendo um empreendimento estabelecido numa economia capitalista, faz-se necessário o reestudo constante do custo benefício da política adotada. Ao observar determinados períodos, já houve necessidade de adotar suspensão do custeio do seguro da frota, quando confrontado o custo anual do seguro em relação à perda de veículos envolvidos em acidente. Chegou-se à conclusão de que o valor gasto com seguros foi superior ao custo de reposição dos veículos da frota.

5 MÉTODOS QUANTITATIVOS

5.1 Coleta de dados de duas variáveis quantitativas em uma empresa

Para estimarmos o resultado do exercício de uma empresa, toma-se como parâmetro o resultado operacional bruto. Nesse sentido, tem-se que a variável quantitativa “resultado do exercício” é dependente, representada no presente trabalho pela letra Y, enquanto a variável quantitativa “resultado operacional bruto” é a independente, representada pela letra X. Assim, foram coletados dados referentes às demonstrações do resultado do exercício dos meses entre Abril e Dezembro de 2010, da empresa Arezzo Indústria e Comércio S.A. Os dados estão representados em milhões, no *APÊNDICE F*.

0020

5.1.1 Verificação da existência de correlação linear

Após a coleta, foi calculado o coeficiente de correlação linear de Pearson, para medir o grau de correlação e a viabilidade da estimativa. Os dados estão indicados no *APÊNDICE G*, e o cálculo do coeficiente de correlação segue abaixo:

$$r = \frac{172219,68 - \frac{3659,8 \times 369,8}{9}}{\sqrt{1707748,36 - \frac{(3659,8)^2}{9}} \sqrt{17380,72 - \frac{(369,8)^2}{9}}} = 0,997116$$

Após esse procedimento, temos o coeficiente de correlação de 0.9971, que representa uma forte correlação linear positiva.

5.1.2 Cálculo da equação da regressão e interpretação dos índices

Com um valor tão alto do coeficiente, é possível que se faça uma regressão linear simples, para prever os resultados da variável Y, através de uma reta, na qual ela dependa dos valores da variável X. Para isso, utilizamos a fórmula da reta, dada por: $\hat{Y} = B_0 + B_1 X$, sendo que:

$$B_1 = \frac{172219,68 - \frac{3659,8 \times 369,8}{9}}{1707748,36 - \frac{(3659,8)^2}{9}} = 0,0995$$

$$B_0 = 41,08889 - 406,6444 \cdot 0,0995 = 0,6255$$

Assim, a equação de regressão da reta é: $\hat{Y} = 0,6255 + 0,0995 X$.

Dada a equação podemos considerar que a variável B1 é o coeficiente de variação. Ou seja, a cada unidade que aumenta a receita bruta, há uma variação de 0.0995 no resultado do exercício. Já a variável B0, representa o número que a reta corta ao interceptar o eixo Y. Assim, ela será o número constante presente na equação.

5.1.3 Verificação e discussão da eficiência do modelo

Podemos também considerar, estatisticamente, a confiabilidade dos resultados obtidos até aqui, ou seja, a porcentagem das amostras que estariam dentro das estimativas estabelecidas com a reta de regressão. Esse resultado é obtido através da seguinte fórmula: $R = r^2 \times 100$.

Dá-se para os resultados propostos: $R = 0,9971^2 \times 100 = 99,42\%$.

Considera-se, então, que 99,42% dos resultados possíveis estão abarcados dentro da projeção estabelecida pela reta de regressão, podendo determinar que a confiabilidade é alta. E que o modelo proposto é eficiente, já que determina quase que a totalidade dos resultados possíveis.

5.1.4 Previsões das variáveis

Por último, para comprovar a confiabilidade da reta proposta, é necessária a estimativa de algumas previsões. A título de exemplo, serão usados os valores de 435 e 122 para a receita operacional bruta.

$$Y = 0,6255 + 0,0995 \times 435 \quad \gg \gg \quad Y = 43,908$$

$$Y = 0,6255 + 0,0995 \times 122 \quad \gg \gg \quad Y = 12,7645$$

Assim, tem-se que para uma receita operacional bruta de 435 milhões, pode-se prever um resultado de 43,908 milhões, enquanto para uma receita bruta de 122 milhões, pode-se prever um resultado de 12,764 milhões.

6 LOGÍSTICA REVERSA NA GESTÃO DAS EMPRESAS

6.1 Conceito de logística reversa

“Logística Reversa é a área da logística que trata do fluxo físico de produtos, embalagens e outros materiais, desde o ponto de consumo até o local de origem.” (Carvalho e Dias, 2004). Ela aborda a questão da recuperação de materiais, ou parte deles, com o menor risco ambiental possível, trazendo, assim, em discussão as políticas ambientais e a sustentabilidade, dois dos temas mais discutidos nos dias de hoje.

6.2 Aplicação e importância da logística reversa

A logística reversa aplica-se em diversas áreas empresariais, como por exemplo: fábricas de bebidas ao gerenciar o retorno das garrafas, siderúrgicas ao utilizar a sucata gerada por clientes em sua produção, indústrias de latas de alumínio ao usar matéria-prima reciclada, indústrias de eletrônicos, varejo e automobilística ao lidar com o fluxo de retorno de embalagens, de devolução de clientes ou reaproveitamento de materiais para produção, entre outros.

Em 2009, no Fórum Internacional de Logística Reversa ocorrido em São Paulo, uma pesquisa feita pela Reverse Logistics Association (RLA) revelou que os processos de logística reversa representam entre 3% e 25% do Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países. Nos Estados Unidos, por exemplo, é estimado que esse processo movimente, no mínimo, 360 bilhões de dólares. Esse é um processo importante também para reaproveitar e dar fins adequados aos produtos descartados, visando, então, evitar o descarte incorreto, que afeta negativamente o meio ambiente e a vida da população. Além disso, a logística reversa pode ser fonte de significativo aumento no ativo das empresas.

6.3 Logística reversa no Brasil

Em 2010, foi criada a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), que, dentre as principais medidas, obrigou os municípios a prepararem aterros sanitários organizados e exigiu de diversos setores econômicos a criação de planos de implantação de logística reversa a fim de garantir o destino adequado dos produtos descartados. Os primeiros segmentos eleitos foram os de embalagens de agrotóxicos, embalagens de óleos lubrificantes, pilhas e baterias, pneus, eletrônicos, lâmpadas e medicamentos. Aos poucos, outros setores que afetam o meio ambiente ou a saúde pública também serão abordados.

6.4 Visão do cliente

Segundo Mueller (2005), “numa visão ecológica, as empresas pensam com seriedade em um cliente preocupado com seus descartes, sendo estes sempre vistos como uma agressão à natureza.” Já de um ponto de vista estratégico, o enfoque é dado ao crescimento da confiança do cliente, garantindo sua satisfação com políticas de administração de devoluções, por exemplo, em que a empresa é responsável pela troca imediata do produto, logo após a venda. Uma meta comum aos diversos negócios é desenvolver vínculos para manter a fidelidade do cliente, a fim de que ele não se sinta tentado a trocar de fornecedor.

6.5 Responsabilidade ambiental, competitividade e imagem corporativa junto à sociedade

Várias mudanças globais já ocorreram em prol do aumento da competição internacional. Essas mudanças utilizam de recursos como a inovação, imagem e relacionamentos, que por sua vez utilizam da logística reversa, para garantir um diferencial frente aos concorrentes. Uma empresa que adequa seus produtos, de maneira que reduza os impactos ao meio ambiente e melhore suas condições de reaproveitamento, ganhará competitividade através do reforço da imagem corporativa e da ética empresarial.

Práticas de logística reversa também podem contribuir para criar uma boa imagem de organização cidadã socialmente responsável, através do uso da responsabilidade social como diferenciação da empresa diante seus concorrentes. Ajudando as pessoas menos favorecidas e incentivando o bem da comunidade, as empresas conseguem um aumento do valor da marca e muitas vezes de seus produtos. Embora essa não se torne a razão pela qual os clientes compreem seus produtos, essas políticas são consideradas um forte incentivo de marketing para a empresa.

6.6 Retorno do capital investido na produção e redução de custos

Os processos de logística reversa têm proporcionado significativos retornos para as empresas. É o que se observa no caso da reciclagem de latas de alumínio, por exemplo, em que se prova ser possível estruturar um canal reverso e obter economias no reaproveitamento de materiais. A reciclagem de alumínio poupa 95% da energia elétrica utilizada para fabricação do alumínio primário. Este custo é relevante quando se considera que a energia elétrica representa 70% do custo total de fabricação do alumínio.

Não restam dúvidas de que a reciclagem e a economia com embalagens retornáveis, por exemplo, trazem ganhos expressivos que só contribuem, cada vez mais, para o estímulo de novas iniciativas e esforços em desenvolvimento e melhoria dos processos de logística reversa.

7 CONCLUSÃO

Após a pesquisa aprofundada dentro do tema proposto, esse artigo possibilitou uma visualização abrangente do real funcionamento das pequenas e médias empresas, no que se refere ao âmbito contábil.

Através da utilização do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pôde-se entender, detalhadamente, quais são e como atuam os procedimentos contábeis corretos que empresas de pequeno e médio porte devem adotar na administração de seu ativo não circulante. É primordial para empresas que se adequam a essas modalidades, que se conheçam os métodos legais para gerir a contabilidade de seus bens permanentes, sobretudo os bens imobilizados, os bens intangíveis e os investimentos, bem como é necessário também que se atualize sempre sobre a forma como o Estado cobrará os tributos sobre os lucros ou prejuízos que tais empresas obtiverem ao final de seus exercícios sociais. Assim, as demonstrações contábeis poderão ser elaboradas de maneira transparente, em que a adoção das normas contábeis do CPC fará, claramente, uma enorme diferença.

Por meio de entrevistas realizadas com duas empresas de médio porte, ficou evidenciado que a prática da política de seguros pode ser de suma importância para a proteção do patrimônio empresarial, assim como também pode ser uma grande desvantagem para empresas cujo seguro cubra uma frota de veículos que se envolvam em muitos acidentes anualmente, por exemplo.

Alguns métodos quantitativos também foram utilizados para demonstrar aqui que a estatística é bastante eficiente para se analisar o resultado operacional bruto do exercício social das empresas. Devido ao alto grau de confiabilidade proporcionado pela estimativa dos dados, até mesmo previsões das receitas brutas futuras puderam ser feitas, através de cálculos como correlação linear, e a interpretação dos resultados obtidos.

Além disso, a logística reversa, um assunto polêmico e complexo, que diz respeito a todos, desde os fabricantes da matéria-prima até a sociedade, também foi abordado aqui, como uma forma eficaz para que as empresas contribuam na preservação do meio-ambiente e na sustentabilidade, além de conquistarem uma imagem positiva perante a sociedade.

Por todos os motivos acima citados, conclui-se que, a Contabilidade, em todos os seus aspectos e procedimentos, é uma chave expressiva para o bom funcionamento de uma pequena ou média empresa dentro de todas as normas legais. E que, seguindo as práticas corretas, essa empresa irá lucrar não apenas em capital, mas também no avanço mundial rumo à sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Manoel. Entrevista concedida a **Cláudia Cristina dos Santos**, Belo Horizonte, 03 out. 2011.

BRASIL, COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Contabilidade para pequenas e médias empresas. In: CPC. Resolução 1.255/09

BRASIL, COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Contabilidade para pequenas e médias empresas. In: CPC. Resolução 1.255/09, Brasília, 10 de dezembro de 2009.

BRASIL, COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. CPC 26 Apresentação das demonstrações contábeis. In: CPC. Resolução 1.185/09, Brasília, 28 de agosto de 2009.

BRASIL, COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. CPC 32 Tributos sobre o lucro. In: CPC. Resolução 1.189/09, Brasília, 28 de agosto de 2009.

CARVALHO, José Crespo de; DIAS, Eurico Brillhante. **Estratégias logísticas: como servir o cliente a baixo custo**. Lisboa: Edições Silabo, 2004.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI. Noções Introdutórias. In: FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas às sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 1, p. 4-29.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI. Ativo Diferido. In: FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas às sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 14, p. 272-277.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI. Imposto sobre a renda e contribuição social. In: FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas às sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 18, p. 317-333.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI. Demonstração do resultado do exercício e demonstração do resultado abrangente do

exercício. In: FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas às sociedades. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 27, p. 477-484.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. In: FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas às sociedades. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 33, p. 556-564.

LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. Cap.12. p.14-30.

LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. Cap.13. p.31-36.

MUELLER, Carla Fernanda. **Grupo de estudos logísticos**. Disponível em <<http://empresaresponsavel.com>> Acesso em 28 set. 2011.

ROSA, Elton Tavares. **Logística reversa**: fator de estratégia empresarial. Disponível em <www.logisticatotal.com.br> Acesso em 28 set. 2011.

SOUZA, Airton Pereira. Entrevista concedida a **Cláudia Cristina dos Santos**, Belo Horizonte, 28 set. 2011.

ANEXO B – Demonstração do resultado consolidada

Demonstração Consolidada do Resultado – Em Reais mil

	2011			2010
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Receitas da Intermediação Financeira	21.210.823	20.919.615	42.130.438	31.870.725
Operações de Crédito (Nota 10j)	11.282.920	10.501.738	21.794.658	17.684.288
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 10j)	442.024	446.003	888.027	1.199.962
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8h)	5.783.594	5.345.137	11.128.731	7.505.744
Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 8h)	2.234.135	2.725.934	4.960.069	3.884.844
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 8h)	(199.952)	371.989	172.037	408.791
Resultado de Operações de Câmbio (Nota 11a)	142.010	129.411	271.421	214.541
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 9b)	1.495.415	1.376.232	2.871.647	945.872
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	20.677	23.173	43.850	46.703
Despesas da Intermediação Financeira	13.320.695	13.323.658	26.644.353	19.817.310
Operações de Captações no Mercado (Nota 16e)	9.678.290	9.100.827	18.779.117	11.808.973
Atualização e Juros de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 16e)	1.382.278	1.703.001	3.085.279	2.474.880
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 17c)	(425.989)	(15.360)	(441.349)	1.051.928
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 10j)	980	1.145	2.125	3.248
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 3g, 10g e 10h)	2.685.136	2.534.045	5.219.181	4.478.283
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	7.890.128	7.595.957	15.486.085	12.053.415
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.285.543)	(3.466.955)	(6.752.498)	(5.626.672)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 24)	3.624.036	3.419.386	7.043.422	6.273.479
Outras Receitas de Prestação de Serviços	2.818.443	2.689.093	5.487.536	4.997.519
Rendas de Tarifas Bancárias	805.593	750.293	1.555.886	1.275.960
Prêmios Retidos de Seguros, Planos de Previdência e Capitalização (Notas 3o e 21d)	9.564.654	7.787.348	17.352.002	13.846.973
Prêmios Emitidos Líquidos	9.628.024	7.844.640	17.472.664	13.986.998
Prêmios de Resseguros	(63.370)	(57.292)	(120.662)	(140.025)
Varição de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 3o)	(4.921.669)	(3.323.739)	(8.245.408)	(6.161.731)
Sinistros Retidos (Nota 3o)	(2.737.051)	(2.705.338)	(5.442.389)	(4.590.992)
Sorteios e Resgates de Títulos de Capitalização (Nota 3o)	(641.642)	(549.274)	(1.190.916)	(970.031)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 3o)	(476.969)	(424.131)	(901.100)	(754.994)
Despesas de Pessoal (Nota 25)	(2.604.610)	(2.435.946)	(5.040.556)	(4.358.267)
Outras Despesas Administrativas (Nota 26)	(3.092.268)	(3.037.311)	(6.129.579)	(5.227.163)
Despesas Tributárias (Nota 27)	(1.028.183)	(895.158)	(1.923.341)	(1.456.892)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 13b)	15.877	34.188	50.065	47.771
Outras Receitas Operacionais (Nota 28)	3.673.486	685.956	4.359.442	1.261.577
Outras Despesas Operacionais (Nota 29)	(4.661.204)	(2.022.936)	(6.684.140)	(3.536.402)
Resultado Operacional	4.604.585	4.129.002	8.733.587	6.426.743
Resultado Não Operacional (Nota 30)	(74.020)	(55.522)	(129.542)	(217.427)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.530.565	4.073.480	8.604.045	6.209.316
Imposto de Renda e Contribuição Social (Notas 34a e 34b)	(1.721.140)	(1.297.777)	(3.018.917)	(1.665.899)
Participação Minoritária nas Controladas	(24.036)	(73.664)	(97.700)	(35.393)
Lucro Líquido	2.785.389	2.702.039	5.487.428	4.508.024

BRADESCO, 2010-2011

ANEXO C - Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil			
	2011			2010
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos	(3.120.821)	(2.278.691)	(5.399.512)	(3.097.822)
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no período sobre adições temporárias	1.460.037	1.155.816	2.615.853	1.318.471
Utilização de saldos iniciais de:				
Base negativa de contribuição social	(11.181)	(85.833)	(97.014)	(87.019)
Prejuízo fiscal	(114.306)	(155.307)	(269.613)	(247.551)
Crédito tributário de períodos anteriores constituídos:				
Base negativa de contribuição social	-	-	-	12.102
Prejuízo fiscal	-	-	-	33.617
Adições temporárias	-	-	-	196.013
Constituição/utilização no período sobre:				
Base negativa de contribuição social	21.738	23.168	44.906	16.711
Prejuízo fiscal	43.393	43.070	86.463	189.579
Total dos impostos diferidos	1.399.681	980.914	2.380.595	1.431.923
Imposto de renda e contribuição social do período	(1.721.140)	(1.297.777)	(3.018.917)	(1.665.899)

BRADESCO, 2010-2011

ANEXO D - Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil			
	2011			2010
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.530.565	4.073.480	8.604.045	6.209.316
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(1.812.226)	(1.629.392)	(3.441.618)	(2.483.726)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participações em coligadas	6.351	13.675	20.026	19.108
(Perda)/ganho cambial	(287.190)	(107.423)	(394.613)	54.805
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(79.104)	(95.793)	(174.897)	(128.972)
Crédito tributário de períodos anteriores constituídos	-	-	-	241.732
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	295.061	286.320	581.381	489.984
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2)	-	226.711	226.711	342.823
Outros valores	155.968	8.125	164.093	(201.653)
Imposto de renda e contribuição social do período	(1.721.140)	(1.297.777)	(3.018.917)	(1.665.899)

BRADESCO, 2010-2011

APÊNDICE A – Investimento em Controlada e em Coligada

<i>Definição de entidade coligada</i>
Coligada é aquela que sofre influência significativa de outra empresa, mas não é controlada. Essa influência é o direito de participar de decisões.
<i>Mensuração – escolha da prática contábil</i>
Os investimentos da empresa devem ser contabilizados pelo método de custo, equivalência ou do valor justo.
<i>Método do custo</i>
O investimento em coligadas será avaliado pelo custo menos perdas por redução do valor recuperável. Reconhecimento de dividendos e outras distribuições recebidas.
<i>Métodos de equivalência patrimonial</i>
Deve-se considerar inicialmente o preço da transação que será ajustado futuramente através de distribuição e outros ajustes ao valor contábil, direitos potenciais de votação, ágio por expectativa de rentabilidade futura implícita e ajustes do valor justo, redução ao valor recuperável, transação do investidor com coligadas, data das demonstrações contábeis da entidade coligada, práticas contábeis da mesma, perdas que excedam o valor contábil do investimento, descontinuidade do método de equivalência patrimonial e transação do investidor com controladas ou entre controladas.
<i>Método do valor justo</i>
Ao reconhecer o investimento, deve-se contabilizar de acordo com o valor da transação, que não inclui os custos da mesma.
<i>Apresentação das demonstrações contábeis</i>
Investimentos em coligadas serão classificados como ativo não circulante.

(CFC, Seção 14, nº 1.255/09)

APÊNDICE B - Propriedade para Investimento

<p style="text-align: center;"><i>Definição e reconhecimento inicial de propriedade para investimento</i></p>
<p>São propriedades utilizadas para aluguéis, valorização de capital e não para produção, escritório, etc.</p>
<p style="text-align: center;"><i>Mensuração no reconhecimento inicial</i></p>
<p>Inicialmente a propriedade para investimento será reconhecida pelo seu custo, que envolve o preço de compra mais custos diretamente ligados a esse investimento.</p>
<p style="text-align: center;"><i>Mensuração após o reconhecimento inicial</i></p>
<p>A propriedade para investimento será contabilizada pelo valor justo e a cada demonstração será considerada as alterações nesse valor.</p>
<p style="text-align: center;"><i>Transferência</i></p>
<p>Se a mensuração confiável se encontra indisponível, o item será contabilizado como ativo imobilizado, até que esta mensuração esteja disponível.</p>

(CFC, Seção 16, nº 1.255/09)

APÊNCICE C - Ativo Imobilizado

<i>Reconhecimento</i>
Para determinar o reconhecimento de um item, deve-se aplicar os critérios estudados anteriormente.
<i>Mensuração na data do reconhecimento</i>
“A entidade deve mensurar um item do ativo imobilizado no reconhecimento inicial pelo seu custo.” (CFC nº 1.255/09).
<i>Elementos do custo</i>
O preço de compra, custos para colocar o ativo em funcionamento, desmontagem e remoção do item, são custos englobados pelo custo do item. Abertura de nova instalação, introdução de novo produto ou serviço, custos administrativos, entre outros, serão contabilizados como despesa.
<i>Mensuração do custo</i>
Seu custo será dado pelo valor do preço do item pago a vista, ou o custo de cada pagamento (para pagamento postergado).
<i>Troca de ativos</i>
O custo do ativo adquirido deve ser contabilizado de acordo com o valor justo a não ser que a troca que não tenha natureza comercial ou ambos os valores justos não possam ser confiáveis.
<i>Mensuração após o reconhecimento inicial</i>
Os itens devem ser mensurados pelo seu custo menos depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável. As operações dia-a-dia devem ser contabilizadas.
<i>Depreciação</i>
Para itens com partes com padrões diferentes, a depreciação de cada parte deve ser feita separadamente. Outros ativos devem ser depreciados de forma única ao longo de sua vida útil.
<i>Valor depreciável e período de depreciação</i>
Se inicia quando o ativo está disponível para uso, a depreciação termina quando o ativo é baixado e não quando ele entra em desuso.
<i>Método de depreciação</i>

A entidade deve escolher o método que melhor atenda suas expectativas, esses métodos são o da linha reta, saldos decrescentes, baseado no uso e unidades produzidas.

Indenização para redução ao valor recuperável

Para itens que sofrem desvalorização, abandono, etc. as indenizações devem ser incluídas no resultado.

Ativo imobilizado mantido para venda

Alienar um ativo antes do prazo estimado é um indicador de desvalorização. É necessário calcular o valor recuperável para analisar se o item está desvalorizado.

Baixa

Um item será baixado do ativo ao ser alienado, quando não existir expectativa de benefícios futuros. Dessa forma a entidade deve reconhecer como ganho ou perda essa baixa, lembrando que ganho é registrado separadamente da receita.

(CFC, Seção 17, nº 1.255/09)

APÊNDICE D - Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill)

<i>Princípios gerais para o reconhecimento de ativos intangíveis</i>
Devem ser aplicados os critérios de reconhecimento vistos anteriormente na seção dois.
<i>Aquisição como parte de combinação de negócios</i>
Será considerado ativo quando seu valor justo puder ser mensurado com grande confiabilidade, não sendo resultado de direitos legais ou contratuais.
<i>Mensuração inicial</i>
Deve ser mensurado pelo seu custo
<i>Aquisição separada</i>
O custo abrange o preço de compra e qualquer custo diretamente ligado ao ativo.
<i>Aquisição por parte de combinação de negócios</i>
“O custo do ativo é o seu valor justo na data de aquisição.” (CFC nº 1.255/09)
<i>Aquisição por meio de subvenção governamental</i>
O custo de tal ativo é dado pelo valor justo na data em que a subvenção é recebida.
<i>Troca de ativos</i>
Será mensurado de acordo com o seu valor justo a não ser que a troca não tenha valor comercial ou seus valores justos não sejam confiáveis.
<i>Ativo intangível gerado internamente</i>
Gastos ocorridos internamente devem ser reconhecidos pela entidade, incluindo gastos para atividades de pesquisa e desenvolvimento.
<i>Despesa passada não reconhecida como ativo</i>
Gastos contabilizados como despesa, não devem ser contabilizados futuramente como ativo.
<i>Mensuração após o reconhecimento</i>
Os ativos devem ser mensurados pelo custo menos amortização acumulada e perda acumulada causada por redução ao valor recuperável.
<i>Amortização ao longo da vida útil</i>

A vida útil de um ativo não pode exceder o período de vigência dos direitos contratuais, mas pode ser menor.

Período de amortização e método de amortização

A amortização deve ser registrada como despesa e se iniciará quando o ativo estiver disponível para uso e terminará quando não for mais reconhecido.

Valor residual

O valor residual do ativo deve ser sempre zero.

Revisão do período de amortização e método de amortização

Mudança na forma de utilização do ativo, alteração do preço de mercado, entre outros fatores, podem mudar a vida útil de um ativo.

Baixas e alienações

A entidade deixará de reconhecer o ativo quando o mesmo for alienado ou deixar de ter expectativa de benefícios futuros.

(CFC, Seção 18, nº 1.255/09)

APÊNDICE E – Tributos sobre o Lucro

<i>Contabilização do tributo sobre o lucro</i>
Os tributos provenientes dos lucros da entidade são contabilizados após certificar o tributo corrente, analisar os passivos e ativos que possam afetar os lucros tributáveis, estabelecer as bases fiscais de ativos, passivos, receitas e despesas, cálculo de diferenças temporárias, prejuízos e créditos fiscais não utilizados, reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos, entre outros.
<i>Reconhecimento e mensuração de tributo corrente</i>
Um passivo fiscal é reconhecido pelo tributo sobre os lucros tributáveis, quando esse valor ultrapassar o valor devido para o período, o excesso será considerado ativo fiscal corrente.
<i>*Reconhecimento de tributo diferido*</i>
<i>Princípio geral do reconhecimento</i>
“A entidade deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados.” (Seção 29, CFC, nº 1.255/09). Esse tributo surge da diferença entre os valores contábeis e os fiscais.
<i>Ativos e passivos cuja recuperação ou liquidação não afeta os lucros tributáveis</i>
A empresa aguarda que a liquidação e a recuperação dos valores contábeis não atinjam os lucros tributáveis, não haverá tributo diferido.
<i>Base Fiscal</i>
A base fiscal de um ativo é o valor que pode ser deduzido dos lucros tributáveis se o valor contábil tiver sido recuperado, se essa recuperação não gerar lucros tributáveis, a base fiscal será igualada ao valor contábil. “A base fiscal de um passivo será igual ao seu valor contábil, menos quaisquer valores dedutíveis na determinação do lucro tributável.” (Seção 29, CFC, nº 1.255/09).

<i>Diferenças temporárias</i>
<p>Aparecem quando há diferença entre valores contábeis e fiscais no seu reconhecimento inicial ou posterior, quando receitas e despesas são reconhecidas no resultado abrangente ou patrimônio líquido.</p>
<i>Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos</i>
<p>Será reconhecido para cada diferença que possa resultar em aumento de lucros tributáveis, um passivo fiscal diferido. E para aquelas que causem diminuição desses lucros, além de prejuízos e créditos fiscais não utilizados, um ativo fiscal diferido. Não se deve reconhecer passivos e ativos fiscais para lucros não provenientes de filiais, coligadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos financeiros.</p>
<i>*Mensuração de tributo diferido*</i>
<i>Alíquotas fiscais</i>
<p>Para o cálculo de ativos e passivos fiscais, será utilizada a alíquota aprovadas na data do balanço. Quando houver aplicação de diferentes alíquotas a diferentes lucros, será necessário o cálculo da despesa/receita tributária e o passivo/ativo fiscais através de alíquotas médias estabelecidas.</p>
<i>Provisão para realização</i>
<p>Será reconhecida “uma provisão de redução dos ativos fiscais diferidos de maneira que o valor contábil líquido iguale o maior valor que seja mais provável do que não de ser recuperado, com base no lucro tributável corrente ou futuro.” (Seção 29, CFC, nº 1.255/09).</p>
<i>Mensuração do tributo corrente e do tributo diferido</i>
<p>Não se deve descontar ativos e passivos fiscais correntes ou diferidos. Será calculado os ativos e passivos fiscais de acordo com o valor médio da probabilidade ponderada dos possíveis resultados.</p>

<p><i>Tributo retido na fonte sobre dividendos ou outras distribuições do lucro</i></p>
<p>Quando forem pagos dividendos e distribuição de lucros, uma parcela de lucros será exigida pelas autoridades fiscais.</p>
<p><i>Alocação na demonstração do resultado e no patrimônio líquido</i></p>
<p>“A entidade deve reconhecer a despesa tributária no mesmo componente em que a transação ou outro evento que resultou na despesa tributária foi reconhecida.” (Seção 29, CFC, nº1.255/09)</p>
<p><i>Circulante e não circulante</i></p>
<p>Ao registrar passivos e ativos circulantes e não circulantes separadamente no balanço patrimonial, não é permitido lançar qualquer ativo e passivo fiscal como ativos/passivos circulantes.</p>
<p><i>Compensação de saldos</i></p>
<p>Deve-se compensar ativos e passivos fiscais correntes e diferidos apenas quando tiver direito legalmente exigível para a compensação desses valores.</p>

(CFC, Seção 29, nº 1.255/09)

APÊNDICE F – Tabela de Demonstrações Contábeis**TABELA 1****Demonstrações do Resultado do Exercício – Abr. a Dez/2010 – Arezzo Ind. e Com. S.A.**

Mês	Resultado do Exercício	Resultado Operacional Bruto
Abril	20,2	190,2
Mai	25,3	235,8
Junho	27,1	270,5
Julho	32,2	324,8
Agosto	39,8	395,7
Setembro	43	450,5
Outubro	54,3	532
Novembro	63,4	613,2
Dezembro	64,5	647,1

APÊNDICE G – Tabela de Demonstrações Contábeis

TABELA 2
Cálculo de Correlação Linear de Pearson

Y	X	Y²	X²	XY
20,2	190,2	408,04	36176,04	3842,04
25,3	235,8	640,09	55601,64	5965,74
27,1	270,5	743,41	73170,25	7330,55
32,2	324,8	1036,84	105495,04	10458,56
39,8	395,7	1584,04	156578,49	15748,86
43	450,5	1849	202950,25	19371,5
54,3	532	2948,49	283024	28887,6
63,4	613,2	4019,56	376014,24	38876,88
64,5	647,1	4160,25	418738,41	41737,95